AVISO AO MERCADO

SEABRAS SERVIÇOS DE PETRÓLEO S.A.

Companhia de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 14.042.551/0001-22
Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 2601 e 2602 (parte), CEP 20030-905, Rio de Janeiro - RJ

48.000.000 Ações

Código ISIN: "BRSEABACNOR7"

Código de Negociação na BM&FBOVESPA: "SEAB3"

SEABRAS SERVIÇOS DE PETRÓLEO S.A. ("Companhia"), em conjunto com o **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("**Coordenador Líder**" ou "***Sole Global Coordinator***"), o **BANCO MORGAN STANLEY S.A.** ("**Morgan Stanley**") e o **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. "Citi"** e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "***Joint Bookrunners***"), vêm a público comunicar, nos termos do artigo 53 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), que em 13 de dezembro de 2011 foi protocolado perante a CVM pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 48.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400 e com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**").

1. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário do Comércio e Indústria" em 19 de janeiro de 2012 e protocolada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") em 19 de janeiro de 2012. A determinação da quantidade de Ações e o efetivo aumento do capital da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de Ações, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), assim como o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo) serão deliberados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo) e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será publicada no jornal "Diário do Comércio e Indústria" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro na data de publicação do Anúncio de Início (conforme definido no item 5 abaixo) e será registrada na JUCERJA. No âmbito da Oferta, a opção da Companhia será feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

2. A OFERTA

A Oferta consistirá na distribuição pública primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos *Joint Bookrunners*, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, que celebrarão termos de adesão ao Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo) ("**Coordenadores**") e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBOVESPA**"), convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não-Institucionais (conforme definido no item 5.2 abaixo) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os *Joint Bookrunners* e os Coordenadores, "**Instituições Participantes da Oferta**"). Serão também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações **(i)** nos Estados Unidos da América, junto a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com a *Rule* 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("**Regra 144A**" e "**SEC**", respectivamente), conforme alterada, nos termos de isenções de registro previstas no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("**Securities Act**") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e **(ii)** junto a investidores nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, que não sejam pessoas residentes nos Estados Unidos da América e/ou não sejam constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non-U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, editada pela SEC (conjuntamente, os "**Investidores Institucionais Estrangeiros**" e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e investam no Brasil nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("**Resolução CMN 2.689**") e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("**Instrução CVM 325**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("**Contrato de Colocação Internacional**"), a ser celebrado entre a Companhia, o BTG Pactual US Capital LLC, Morgan Stanley & Co. LLC, Citigroup Global Markets Inc., Banco do Brasil Securities LLC, HSBC Securities (USA) Inc., Arctic Securities ASA e o DNB Bank ASA, DNB Markets (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**"). Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais (conforme definido abaixo), poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 7.200.000 Ações ("**Ações Suplementares**"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, no Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo) para distribuição de tais Ações Suplementares nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, a fim de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("**Opção de Ações Suplementares**"). O Coordenador Líder terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura (inclusive) do Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo), e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais *Joint Bookrunners*, desde que a decisão de sobrealocação das Ações tenha sido tomada em comum acordo entre os *Joint Bookrunners*, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo). Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os *Joint Bookrunners*, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 9.600.000 Ações, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**"). As Ações, sem considerar as Ações Suplementares, serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos *Joint Bookrunners*, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo). As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil junto aos *Joint Bookrunners*, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, § 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**").

3. INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Os *Joint Bookrunners*, em nome da Companhia, convidaram os Coordenadores e convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações objeto da Oferta.

4. REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

Após a celebração do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Seabras Serviços de Petróleo S.A. ("**Contrato de Colocação**") entre a Companhia, os *Joint Bookrunners* e a BM&FBOVESPA, e após a concessão do registro da Oferta pela CVM, as Ações (sem considerar as Ações Suplementares), serão distribuídas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em mercado de balcão não-organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada, de forma individual e não solidária, pelos *Joint Bookrunners* nos termos do Contrato de Colocação.

5. PÚBLICO-ALVO E PROCEDIMENTO DA OFERTA

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações junto **(1)** aos atuais acionistas da Companhia, no âmbito da Alocação Prioritária (conforme definido no item 5.1 abaixo); **(2)** a Investidores Não-Institucionais (conforme definido no item 5.2 abaixo), no âmbito da Oferta do Varejo (conforme definido no item 5.2 abaixo); e **(3)** a Investidores Institucionais (conforme definido no item 5.3 abaixo), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no item 5.3 abaixo). Após a Data de Reserva da Alocação Prioritária (conforme definido no item 5.1 abaixo), o encerramento do Período de Reserva (conforme definido no item 5.2 abaixo), a realização do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo), a assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão do registro da oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações Ordinárias de Emissão da Seabras Serviços de Petróleo S.A. ("**Anúncio de Início**") e a disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Seabras Serviços de Petróleo S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, por meio de três procedimentos distintos, quais sejam, a Alocação Prioritária, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme definidas e descritas, respectivamente, nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**Novo Mercado**", respectivamente). Os *Joint Bookrunners*, com a expressa anuência da Companhia elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos *Joint Bookrunners* e da Companhia, observado que os *Joint Bookrunners* assegurarão **(i)** a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como; **(ii)** o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e **(iii)** o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Seabras Serviços de Petróleo S.A. **"Prospecto Preliminar"** e, em conjunto com o Prospecto Definitivo, **"Prospectos"**) para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos *Joint Bookrunners*.

5.1. Alocação Prioritária: A alocação prioritária das Ações **("Alocação Prioritária")** será direcionada aos atuais acionistas da Companhia, por meio da celebração de pedido de reserva específico com o Coordenador Líder (**"Pedidos de Reserva da Alocação Prioritária"**). Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, será observado o direito de subscrição prioritária, aos atuais acionistas da Companhia, até o montante global de US$1.000.000,00, que é equivalente a R$1.767.000,00, com base na taxa de câmbio divulgada em 20 de janeiro de 2012 pelo Banco Central do Brasil, através de seu Sistema de Informações (SISBACEN), Operação PTAX800, opção 5, que corresponde a 76.826 Ações, o que representa 0,12% (zero vírgula doze por cento) do total das Ações objeto da Oferta (incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), considerando o preço por ação de R$23,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O direito de subscrição de Ações no âmbito da Alocação Prioritária pelos atuais acionistas da Companhia será inicialmente observado em uma quantidade de Ações equivalente ao percentual de participação acionária detida pelo respectivo acionista na capital social da Companhia na data de publicação deste Aviso ao Mercado. Na data deste Aviso ao Mercado, a base de acionistas da Companhia compreende Seadrill Common Holdings Ltd. e Seadrill UK Ltd. A Seadrill UK Ltd. detém 99,99999% do capital social da Companhia e, portanto, poderia subscrever até 76.826 Ações no âmbito da Alocação Prioritária, considerando a taxa de câmbio divulgada em 20 de janeiro de 2012 pelo Banco Central do Brasil, através de seu Sistema de Informações (SISBACEN), Operação PTAX800, opção 5 e considerando o preço por ação de R$23,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. Os atuais acionistas da Companhia que participarem da Alocação Prioritária deverão realizar a subscrição e integralização de Ações mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos líquidos e certos existentes contra a Companhia. Os atuais acionistas da Companhia deverão manifestar ao Coordenador Líder, de forma irrevogável e irretratável, sua intenção de subscrever Ações no âmbito da Alocação Prioritária no dia 23 de janeiro de 2012 (**"Data de Reserva da Alocação Prioritária"**), data que antecede em pelo menos sete dias úteis o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo), por meio da celebração de Pedidos de Reserva da Alocação Prioritária. Os atuais acionistas da Companhia que possuem o direito de subscrição das Ações no âmbito da Alocação Prioritária podem ceder, total ou parcialmente, os seus respectivos direitos de subscrição, bem como os Pedidos de Reserva da Alocação Prioritária a executarem, para outros acionistas da Companhia, até o dia 23 de janeiro de 2012. De acordo com o Pedido de Reserva da Alocação Prioritária efetivado na presente data, a Seadrill UK Ltd. se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever o equivalente em Reais ao montante mínimo que for fixado o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo). Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os *Joint Bookrunners*, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 9.600.000 Ações, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (**"Ações Adicionais"**). As Ações, sem considerar as Ações Suplementares, serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos *Joint Bookrunners*, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo). As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil junto aos *Joint Bookrunners*, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, § 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei do Mercado de Valores Mobiliários"**).

5.2. Oferta de Varejo: A oferta de varejo **("Oferta de Varejo")** será destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme definido abaixo), e que participem da Oferta de Varejo (**"Investidores Não-Institucionais"**). Os Investidores Não-Institucionais que desejarem subscrever Ações no âmbito da Oferta de Varejo deverão realizar solicitação de reserva mediante o preenchimento de formulário específico (**"Pedido de Reserva"**) durante o período compreendido entre 30 de janeiro de 2012 e 8 de fevereiro de 2012 (**"Período de Reserva"**), observado o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional (**"Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva"**). Os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo) poderão realizar Pedidos de Reserva no dia 30 de janeiro de 2012, data que antecede em pelo menos sete dias úteis o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (**"Data de Reserva para Pessoas Vinculadas"**) e deverão indicar no Pedido de Reserva sua condição de Pessoa Vinculada (conforme definido abaixo). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidor Não-Institucional que seja Pessoa Vinculada (conforme definido abaixo) será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva na eventualidade de haver excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), exceto pelos Pedidos de Reserva que tenham sido realizados pelos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas na Data de Reserva para Pessoas Vinculadas e que sejam registrados junto à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva, ou na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e resalvada a possibilidade de ratificação pelo Investidor Não-Institucional do interesse em adquirir o respectivo lote de Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não-Institucional, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. **(a)** A concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e resalvada a possibilidade de ratificação pelo Investidor Não-Institucional do interesse em adquirir o respectivo lote de Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não-Institucional, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada; **(b)** após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e resalvada a possibilidade de ratificação pelo Investidor Não-Institucional do interesse em adquirir o respectivo lote de Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não-Institucional, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada; **(c)** após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e resalvada a possibilidade de ratificação pelo Investidor Não-Institucional do interesse em adquirir o respectivo lote de Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não-Institucional, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada; **(d)** após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor indicado no item (d) acima à Instituição Consorciada junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definido no item 6 abaixo), a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual tal reserva foi realizada garantirá a liquidação por parte do Investidor Não-Institucional em questão e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada; **f)** até as 16:00 horas da Data de Liquidação (conforme definido no item 6 abaixo), a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual os Pedidos de Reserva tenham sido realizados, entregará a cada Investidor Não-Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do seu Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo), resalvada a possibilidade de desistência prevista no item (f) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (a), (b), (c) e (e) acima e (j), (k) e (l) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações; **g)** caso a quantidade de Ações indicada na totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas de subscrição de Ações ofertadas pela Companhia no âmbito da Oferta de Varejo; **h)** caso a quantidade de Ações indicada na totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: **(i)** haverá uma divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não-Institucionais entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00, inclusive, por Investidor Não-Institucional; e **(ii)** uma vez atendido o critério de rateio descrito no sub-item (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não-Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos *Joint Bookrunners* e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não-Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item; **i)** na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente a data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência, conforme indicado no Pedido de Reserva), caso em que o Pedido de Reserva será cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Anúncio de Início, será presumido que tal investidor pretende manter o seu Pedido de Reserva, bem como a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte por não revogar sua ordem, terá que efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva. A desistência do Pedido de Reserva nesse caso não constituirá a Instituição Consorciada de garantir a liquidação por parte do Investidor Não-Institucional desistente; **j)** na hipótese de **(a)** não haver a conclusão da Oferta; **(b)** resilição do Contrato de Colocação; **(c)** cancelamento da Oferta; **(d)** revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda, **(e)** em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva; **k)** na hipótese de haver descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas relativas a período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta ou de material de publicidade que não tenha sido previamente aprovado pela CVM, conforme previstos nos artigos 48 e 50 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos *Joint Bookrunners*, e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos *Joint Bookrunners* deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes. A Instituição Consorciada arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, inclusive com os custos decorrentes de publicação de anúncios aditativos e poderá deixar de atuar como Instituição Consorciada em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos *Joint Bookrunners*, por um período de até seis meses, contados da data de comunicação da violação. A Instituição Consorciada a que se refere este item (k) deverá informar imediatamente aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva sobre o descredenciamento; **l)** em caso de suspensão ou modificação da Oferta, respectivamente nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não-Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal "Valor Econômico" e do jornal "Diário do Comércio e Indústria", veículos também utilizados para divulgação deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 **("Anúncio de Retificação")**. Caso o Investidor Não-Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente ao Investidor Não-Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente, à data em que for comunicado diretamente sobre a suspensão, a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não-Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Anúncio de Retificação, será presumido que tal Investidor Não-Institucional mantenve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva; **m)** em qualquer hipótese de **(i)** revogação da Oferta; **(ii)** cancelamento da Oferta; **(iii)** desistência do Pedido de Reserva; **(iv)** cancelamento do Pedido de Reserva; ou **(v)** suspensão ou modificação da Oferta, devem ser restituídos integralmente aos investidores acelerantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, do cancelamento, do recebimento da comunicação da desistência, da suspensão ou da modificação, conforme o caso, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes; **n)** os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a subscrição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito neste item 5.2; e **o)** as Instituições Consorciadas somente aceitarão ordens de Pedido de Reserva fornecidas por Investidores Não-Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não-Institucional. Recomenda-se aos Investidores Não-Institucionais que verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta-corrente ou de investimento aberta e/ou mantida junto a ela para a efetivação do Pedido de Reserva efetuado. Os Investidores Não-Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar.

5.3. Oferta Institucional: A oferta institucional **("Oferta Institucional")** será realizada junto a Investidores Institucionais Estrangeiros e pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$300.000,00 (trezentos mil reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM (**"Investidores Institucionais Locais"** e, em conjunto com os Investidores Institucionais Estrangeiros, **"Investidores Institucionais"**). Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Alocação Prioritária nos termos do item 5.1 acima e dos Pedidos de Reserva nos termos do item 5.2 acima, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos *Joint Bookrunners*, dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e investindo valores mínimo ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional assumirá a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo). Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo) exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva de Investidores Não-Institucionais, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, tais intenções de investimento serão atendidas de acordo com critérios objetivos fixados pela Companhia, em conjunto com os *Joint Bookrunners*, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional. Será aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação (conforme definido no item 8 abaixo), mediante sua participação no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 8 abaixo), até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário, especialmente se considerada a alocação prio